

Por Alex Rodrigues

Funcionários aposentados da Caixa Econômica Federal protestam hoje (24), em Brasília, contra o que classificam como cobranças indevidas para cobrir um “rombo milionário” no plano de previdência complementar dos empregados da instituição financeira, administrado pela Fundação dos Economiários Federais (Funccef).

Segundo uma das organizadoras do movimento, Gigi Reis, cerca de 300 pessoas vindas de várias unidades da federação participaram dos dois atos nesta manhã, em frente ao edifício-sede da Caixa e do prédio onde funciona a Funccef.

“São aposentados da Caixa ultrajados com o rombo no fundo de pensão do banco onde trabalharam por décadas, contribuindo para a formação de um fundo previdenciário com vistas a uma aposentadoria mais tranquila”, disse Gigi à **Agência Brasil**.

Ainda na tarde desta terça-feira, o grupo vai ao Congresso Nacional, onde pretende sensibilizar parlamentares para a necessidade de leis que punam com maior rigor os gestores e as empresas patrocinadoras dos fundos de pensão cujos maus resultados forem, comprovadamente, resultado de fraudes ou de irresponsabilidade.

“Estamos pedindo uma mudança na legislação. Hoje, as leis condenam os assistidos pelos fundos a pagar pelos rombos financeiros, deixando de cobrar devidamente os reais responsáveis. É preciso um olhar mais respeitoso para os beneficiários dos fundos de pensão”, acrescentou Gigi, afirmando que os aposentados e pensionistas ligados ao Funccef estão tendo seus benefícios corroídos por descontos impostos pelos gestores do fundo para cobrir déficits deixados por gestões passadas. Em média, segundo a coordenadora do movimento, o benefício pago aos aposentados é de pouco mais de R\$ 2 mil.

“Os mais idosos são justamente os que recebem menos, tendo seu benefício comprometido não só pela inflação, mas também pelos descontos impostos a cada novo plano de equacionamento para reequilibrar o déficit. Só que esta conta não é nossa. Ela é de responsabilidade da Caixa, que indicou os gestores do fundo”, criticou Gigi Reis, lembrando que, em maio deste ano, a Justiça Federal do Distrito Federal aceitou uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra ex-diretores da Funccef, o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e sócios da construtora Engevix.

A denúncia é fruto da Operação Greenfield, que investiga desvios nos quatro principais fundos de pensão do país (Funccef; Petros, da Petrobras; Previ, do Banco do Brasil; e Postalis, dos Correios). Segundo as investigações iniciais, as fraudes podem somar mais de R\$ 8 bilhões. Na ocasião, a Funccef informou que colaborava com o MPF, “investigando e produzindo provas visando a total elucidação dos fatos”, atuando como assistente de acusação do MPF.

Por telefone, a presidente da Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funccef (Anipa), Lia Menezes, explicou que a fundação admite um déficit de R\$ 22 bilhões, mas que há o risco de decisões judiciais em ações trabalhistas agravarem o rombo financeiro, elevando-o para estimados R\$ 30 bilhões (em valores atuais). Segundo dados da fundação, o déficit acumulado até junho de 2017 totaliza R\$ 13,2 bilhões.

Ainda segundo Lia Menezes, é para tentar recompor o prejuízo nos cofres do fundo calculado entre 2012 e 2015 que os beneficiários de dois dos quatro planos existentes já estão arcando com um desconto de quase 11% sobre seus benefícios. Parte das informações, segundo Lia, foram discutidas na semana passada, durante o primeiro encontro nacional da Anipa, que contou, inclusive, com a participação do presidente da Funccef, Carlos Vieira.

“Estamos pagando por ações que deram prejuízos, por investimentos fraudados ou geridos de forma irresponsável. Daí a indignação e a estupefação de todos diante de algo que sabemos ser injusto”, comentou a presidente da Anipa, entidade que já ingressou com uma ação civil pública no Tribunal Regional Federal da 1 Região (TRF-1) e pretende ajuizar, na Justiça, outras seis ações questionando investimentos passados da Funccef.

Procurada, a fundação não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Fonte: Agência Brasil, em 24.10.2017.